

# Um novo ciclo de prosperidade

JORNAL DE BRASÍLIA

Pedro Eberhardt

5 - DEZ - 90

Estamos a pouco mais de um ano do início de uma nova década e da eleição, depois de tantos anos, do primeiro presidente da República pelo voto direto e soberano do povo brasileiro. Será, com toda a certeza — e são concretos os indícios nesse sentido — também o início de um novo ciclo de prosperidade para o Brasil.

Temos todas as condições para isso. Mas não quero, aqui, me valer de números e estatísticas para justificar tal tese (que pode, a muitos, parecer um mero exercício alucinado de futurologia), já que essa é uma tarefa para os nossos competentes institutos de pesquisas e estatísticas. Prefiro me ater aos fatos objetivos que me levam a essa convicção.

Primeiro, a própria mudança na vida política do País, que tende a ter reflexos positivos — e a curto prazo — na vida econômica. Segundo, porque há dentro de setor privado brasileiro a determinação de preservar e ampliar seus espaços, independentemente de qualquer crise conjuntural. E, terceiro, por ter o Brasil recursos naturais e humanos (embora ainda muito dependente de tecnologia estrangeira) que lhe asseguram uma posição privilegiada em termos de competitividade.

Aliado a tudo isso — e o que é mais importante — temos um País que amadureceu muito nos últimos anos e que vem procurando tirar de todas as crises lições que o empurram para a frente.

Já se foi o tempo em que se temia (ou se queria) a força dos quartéis para resolver os problemas da Nação. Agora vale a força do diálogo do bom-senso, como manda o receituário democrático. E o esforço na direção de se firmar um pacto social contra a inflação, desenvolvido conjuntamente por empresários e trabalhadores (tomando para si uma bandeira tradicionalmente empunhada, sem resultados práticos, pelo Governo) é a melhor prova disso.

Também já se foi o tempo em que as partes contrárias se tratavam como inimigas, com a mesa de negociação sendo vista como uma verdadeira trincheira. Hoje há clareza tanto por parte do empresário como dos trabalhadores de que o inimigo é outro. O inimigo é a recessão, o desemprego, o arrocho salarial, a quebradeira de empresas. Queremos e precisamos gerar novos empregos e dar salários melhores para os trabalhadores, pois isso representa a nossa própria sobrevivência. E temos feito isso na medida do possível. Há muito por fazer, mas chegaremos lá.

Talvez nosso grande desafio no momento seja quebrar o clima de desesperança que se abateu sobre a sociedade brasileira, nos últimos anos. E, aqui, é preciso refletir melhor sobre o que representou para todos, de uma maneira geral, a década de 80. Não há dúvidas de que passará para a história, mas deixará pouca saudade.

A História há de registrar os momentos memoráveis do movimento das Diretas Já, do surgimento da Nova República e mesmo da euforia que tomou conta do País nos primeiros meses do Plano Cruzado. Mas não se conseguirá apagar da memória das pessoas a brutal recessão do período 1981/84 e tão pouco o gradativo processo de deterioração da economia, agravado pelo malogro sucessivo dos Planos Cruzado e Bresser, que fez o País caminhar para a hiperinflação.

Mas este é um País incrível, que chega mesmo a desafiar as mais elementares leis da economia de mercado. Ou seja, vivemos um momento paradoxal, com a economia indo mal e os negócios relativamente bem.

Só que a atividade industrial não cresceu praticamente nada nos últimos dois anos. O PIB setorial, que chegou a registrar crescimentos sucessivos de 6,1 por cento em 1984, 9 por cento em 1985 e 12,1 por cento em 1986, caiu para 0,2 por cento em 1987, e deverá fechar 1988 com crescimento zero. E se não registrar crescimento negativo será em função do excepcional desempenho das exportações — só o setor de autopeças, por exemplo, exportou este ano cerca de US\$ 2 bilhões, crescendo 20 por cento sobre 1987, quando faturou US\$ 1,68 bilhão.

Vamos, felizmente, indo muito bem na agricultura, no comércio e no setor de serviços e é isso que possibilitou apresentarmos, em 1987, um PIB 2,9 por cento (em média), superior ao de 1986, e que nos possibilitará fechar 1988 talvez com um pequeno crescimento.

A locomotiva industrial está nitidamente desacelerada, mas reclamando maior velocidade. Tudo, ainda, em consequência das incertezas da política econômica e da Constituinte, que, bloqueando o caminho, estimularam o desvio do capital do setor produtivo para o mercado financeiro.

Continuamos, porém, viajando no trem do progresso, é bem verdade que nas últimas posições. E não podemos correr o risco de desgarrar de vez do comboio, pois assim estaremos frustrando, talvez de

forma irreparável, todo o esforço até aqui empreendido.

E é esse o ponto chave do nosso futuro. Quem não acreditar decididamente nisso, não terá grandes chances de sobrevivência na competitiva década de 90. As oportunidades vão se apresentar, mas o mercado será seletivo. Os investimentos em tecnologia e na produção serão fundamentais para assegurar negócios promissores, tanto no mercado interno como na exportação. E, ainda que tímida, a presença brasileira no exterior já é uma realidade. O caminho está aberto: cabe, agora, aos empresários de visão, partir com maior vigor para o comércio internacional.

Crescemos, é certo, cerca de 900 por cento nas exportações, nos últimos dezessete anos, mas estamos longe de esgotar o potencial, sobretudo se considerarmos os bens industriais de valores mais agregados.

Também no mercado interno o perfil é otimista. Toda a sociedade está, de certa forma, vacinada contra a recessão. Além disso, como a década de 80 foi caracterizada por uma relativa estagnação (exceção ao período do Plano Cruzado), e considerando o aumento da população e da massa salarial, ao primeiro sinal de estabilidade econômica a demanda tenderá a aumentar, mantendo, a partir daí, uma curva ascendente. E todos sabemos que é apreciável o potencial do mercado brasileiro, embora atualmente uma grande parte da população esteja fora do mercado consumidor.

As próprias empresas multinacionais sabem disso. E é por essa razão que optaram por adotar a tática da cautela em relação à Constituinte, sabendo que, no fundo, em que pese a proteção que se queira dar à empresa nacional, ninguém é contra o capital estrangeiro. Desde que ele seja devidamente regulamentado pela legislação. Se ainda resta alguma discriminação, ela deverá ser corrigida na própria reforma da Constituição, futuramente. Hoje, as que aqui estão, em sua grande maioria, vão deixando a indecisão de lado e anunciando gradativamente novos investimentos, sempre com um olho na próxima década. E é esse o caminho a seguir.

Só não há lugar, nesse trém, para os que não tiveram a ousadia de acreditar no futuro.

□ Pedro Eberhardt é presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) e do Grupo Arteb